

O ESPAÇO DA FAVELA E SEUS IMPACTOS NO COMBATE À COVID-19: uma discussão à luz de textos literários

THE FAVELA SPACE AND ITS IMPACTS IN THE STRIVE AGAINST COVID-19: a discussion on the literary texts
EL ESPACIO FAVELA Y SUS IMPACTOS EN LA LUCHA CONTRA COVID-19: una discusión a la luz de los textos literários

Elisabete da Silva Barbosa

Doutora em Literatura e Cultura (Universidade Federal da Bahia - UFBA). Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade na UFBA. esbarbosa@uneb.br

 0000-0002-6419-8226

Correspondência: Universidade do Estado da Bahia, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - Campus VI - Caetité - UNEB/DCH. Avenida Contorno, s/n, São José, 46400000 - Caetité, BA – Brasil.

Recebido em: 15.03.2020
Aceito em: 03.04.2020.
Publicado em: 01.05.2020.

RESUMO:

Objetiva-se discutir, a partir de representações literárias da favela, o modo como a ocupação desigual dos espaços impacta no índice de contágio da COVID-19, o que se traduz, no Brasil, em maior probabilidade de mortalidade entre a população afrodescendente, em sua maioria, residente de espaços degradados da cidade. Para tanto, as representações espaciais, elaboradas no campo literário, servem como ponto de partida para pensar a relação centro e periferia e, consequentemente, para analisar como os discursos gerados podem tornar alguns locais e seus moradores invisíveis.

PALAVRAS-CHAVES: Favela; Literatura; COVID-19.

Introdução

No contexto atual, a humanidade repentinamente vê-se obrigada a adaptar seus estilos de vida para lidar com a pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Algumas das mudanças necessárias envolvem distanciamento social, cuidados redobrados de higiene pessoal e o uso de acessórios, como máscaras de proteção. Tais medidas configuram-se como desafios, especialmente para os países de terceiro mundo, nos quais a maior parte da população vive em locais com condições de higiene precária, além da dificuldade de acesso à informação.

No que diz respeito ao contexto brasileiro, a falta de políticas públicas sérias, voltadas à compensação das desigualdades resultantes de um processo histórico de desapropriação, reflete negativamente em diversos aspectos da vida de muitas pessoas, com destaque para a desproporção no que diz respeito à ocupação espacial, seja no quesito quantitativo ou qualitativo.

Diante desse panorama, objetiva-se discutir, a partir de representações literárias da favela, o modo como a ocupação desigual dos espaços impacta no índice de contágio, o que se traduz, no Brasil, em maior probabilidade de mortalidade entre a população afrodescendente, em sua maioria, residente de espaços degradados da cidade. Para tanto, as representações espaciais, elaboradas no campo literário, servirão como ponto de partida para pensar como a relação centro e periferia pode reforçar discursivamente a invisibilidade de tais espaços.

Na concepção aqui apresentada, a invisibilidade da pobreza tem efeitos nocivos, a exemplo da ausência ou da presença insatisfatória do Estado nas favelas e em outros locais degradados da cidade, especialmente no que diz respeito à implementação de políticas públicas que garantam a melhoria da qualidade de vida dos moradores desses espaços. Na conjuntura atual, em que o índice de mortalidade por COVID-10 cresce de forma acelerada, torna-se necessário o acirramento da discussão em torno do apagamento da favela do imaginário das pessoas não residente desses espaços ou, ainda, dos regimes de visibilidade permitido a tais espaços, os quais são, em sua maioria, filtrados pelo olhar de quem tem o poder de dar visibilidade. Como resultado, as imagens mentais que se tem da favela surgem alinhadas com o que Debord (1997) denomina como mais uma das facetas da sociedade do espetáculo.

A espacialidade da favela e os movimentos de territorialização e desterritorialização de seus moradores

É importante ressaltar que uma parte representativa das pessoas que, antes, residiam em favelas, encontra-se hoje em situação de rua. Dados recentes demonstram que, desde 2014, a quantidade sem teto tem aumentado. Esses sujeitos, invisibilizados, vítimas de um sistema econômico perverso, permanecem excluídos, inclusive, das pesquisas realizadas pelo principal órgão fornecedor de dados estatísticos no país, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os dados mais recentes foram analisados em um trabalho desenvolvido por Marco Antonio Carvalho Natalino no ano de 2016, por meio do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Segundo Natalino (2015), sua pesquisa tem por base informações provenientes do Censo do Sistema Único de Assistência Social, o qual consultou 1.924 municípios a respeito do quantitativo de moradores de rua. Com esses dados, o pesquisador aplicou metodologia própria e estimou que, no ano de 2015, 101.854 pessoas em todo o país viviam nas ruas (NATALINO, 2016).

As favelas foram engendradas, desde o seu surgimento, sob o signo da incerteza e da instabilidade, o que fez com que Carolina Maria de Jesus (1960), escritora negra e moradora da favela, a designasse de quarto de despejo:

[...] quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres somos os trastes velhos (JESUS, 1960, p. 195).

A favela, fazendo parte do que Haesbaert (2007) denomina de aglomerados de exclusão, continua sendo o espaço em que a instabilidade política e econômica do país causa os impactos mais devastadores. Em um panorama de empobrecimento crescente de sujeitos assalariados, muitos se veem com dificuldades de honrarem compromissos financeiros, o que afeta, inclusive, a capacidade de manutenção de suas habitações, obrigando muitas dessas famílias a deixarem seus lares e vivenciarem um processo de desterritorialização extrema, que atinge as dimensões econômico-política e simbólico-cultural (HAESBAERT, 2014, p. 313).

Os que conseguem manter suas habitações residem em locais precários como as favelas, cuja configuração espacial é peculiar e afeta sobremaneira as possibilidades de contágio pelo novo coronavírus. É costumeiramente descrita como “a área de habitações irregularmente construídas, sem arruamentos, sem plano urbano” (ZALUAR; ALVITO, 2003, p. 17) e denominada pelo IBGE de aglomerado subnormal, termo que tem sido criticado por vários pesquisadores. Segundo Carvalho (2017, p. 11), há um posicionamento ideológico nas pesquisas realizadas por esse instituto e uma tentativa de “diminuir a subjetividade a respeito de um tema tão complexo e controverso”, pois o tema é abordado, sobretudo, a partir do critério da ilegalidade da posse, mas que, diante da heterogeneidade encontrada nas favelas, seria necessário “um trabalho interdisciplinar envolvendo advogados, urbanistas, geógrafos, sociólogos e outros profissionais” (GONDIM, p. 56). Além disso, o termo aglomerado subnormal é preconceituoso, usado em contraposição ao subentendido como normal, o que evidencia a existência de conceitos preconcebidos e valorados de forma a promover a segregação dos seus moradores, o que reforça ainda mais o imaginário negativo em relação àquele espaço.

Ainda a respeito das discussões levantadas pelo uso do termo subnormal, Silva (2014, p. 35) enfatiza que “a habitação precária ou irregular aproxima-se do que seria normal”, já que 30 % da população brasileira reside nesses espaços. Seria, então, mais apropriado a alteração da nomenclatura, assim como indica o estudo de Marques (2007),

para assentamentos precários ou, mesmo, o usado pela Organização das Nações Unidas (ONU), que opta por “assentamentos informais” (SILVA, 2014, p. 34).

O uso de certas terminologias, como a adotada pelo IBGE, contribui para reforçar uma ótica negativa, construída desde o surgimento das favelas, que imprimia em seu morador o estigma de preguiçoso e marginalizado, deslocando para um segundo plano a carência das pessoas que, em sua maioria, vivem sem recursos básicos que lhes garantam a dignidade humana. Em Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus (1960) relata as consequências de se conviver com a privação material que põe em risco constante as vidas nas favelas:

[...] Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E ele escolhia uns pedaços. Disse-me: Leva, Carolina. Dá para comer. Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo [sic] aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruídos pelos ratos. Ele disse-me que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pode [sic] deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num paiz [sic] fértil igual ao meu. Revoltei contra o tal Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infausta dos marginais. Vendí os ferros no Zinho e voltei para o quintal de São Paulo, a favela. No outro dia encontraram o pretinho morto. [...] Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. ... De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem sua matriz nas favelas [...] (JESUS, 1960, p. 40).

A situação vivenciada por Carolina de Jesus na década de 1960 é atual e atinge maiores proporções em um período em que o Brasil se orienta pelo viés do neoliberalismo. No final de 2019, a Agência de Notícias IBGE divulgou que 13,5 milhões de pessoas estavam vivendo em situação de extrema pobreza. Esses números agravam-se ainda mais no contexto atual de luta contra uma pandemia, com a baixa circulação de pessoas e a consequente impossibilidade de muitas delas atuarem no mercado informal. A isso, soma-se a postura de descaso do atual governo federal com os mais fracos economicamente, o que desencadeia iniciativas de demissão e de cortes de salários.

Como aponta uma pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas, as questões pertinentes ao espaço estudado devem ser abordadas a partir do levantamento de um perfil que considere os aspectos sociopolítico, socioeconômico, socio-urbanístico e sociocultural, pois trata-se de local em que o Estado é pouco atuante (SILVA et al, 2009). É necessário que políticas públicas mais consistentes em relação à implantação de rede hidráulica, de esgoto e elétrica nas casas, à coleta de lixo, à iluminação pública, à

regularização da posse dos terrenos, à segurança pública, à geração de empregos, à garantia de uma educação de qualidade a crianças e jovens, bem como o acesso à saúde e à tecnologia sejam implementadas para minimizar dificuldades e sofrimento das famílias moradoras das favelas.

A permanente falta de assistência por parte do Estado resulta hoje em uma grande dificuldade dos moradores desses locais de se prevenirem adequadamente da infecção causada pelo novo coronavírus. O não planejamento da construção e a disputa pela ocupação espacial reflete a configuração labiríntica, formada por becos e vielas, o que dificulta sobremaneira o afastamento social. No texto *Estética das Favelas*, Paola Berenstein Jacques (2001, online) lembra que tais amontoados de casas funcionam mais como abrigo, ressaltando as diferenças entre esse termo e o seu correlato, habitar:

O primeiro objetivo do construtor, que é quase sempre o próprio morador com a ajuda de amigos e dos vizinhos (princípio do mutirão), é de se abrigar ou de abrigar a sua família. Esse primeiro abrigo é quase sempre precário, mas já forma a base para uma futura evolução. A partir do momento em que o morador encontra ou compra materiais adequados, ele substitui os antigos e começa a aumentar o barraco. Nunca existe um projeto preestabelecido para a construção de um barraco, os materiais encontrados formam a base da construção que vai depender do acaso e da necessidade de se achar novos materiais ou de se poder comprá-los. O barraco evolui constantemente, até chegar à casa em alvenaria, mas mesmo assim a construção não acaba nunca, as casas estão constantemente em obras. Mesmo menos fragmentadas formalmente do que os barracos de madeira, as novas casas em alvenaria são fragmentárias pois se transformam de uma forma contínua (JACQUES, 2001, online).

A favela, como o espaço do fragmentário, está sempre em processo de mudança e o terreno destinado à construção das casas pode sempre variar com as frequentes alterações em sua estrutura, o que faz com que o espaço do privado adentre o que poderia ser considerado o espaço público e, assim, a favela adquira um aspecto labiríntico, com ruas muito estreitas, chamadas de becos ou vielas.

Vivenciar a pandemia em tais locais torna-se um desafio ainda maior, já que há dificuldade de se manter o distanciamento determinado pela Organização Mundial da Saúde ao deslocar-se no espaço público da favela, além da falta de condições de muitos para adquirirem produtos de higiene básicos, como sabão e álcool em gel. Ademais, como já mencionado, muitas dessas casas não dispõem de rede hidráulica, fato que se soma ao costumeiro desabastecimento de água em bairros periféricos.

Os espaços ocupados por pessoas que vivem na pobreza extrema são caracterizados por Haesbaert (2004, p. 314) como aglomerados de exclusão, ou seja,

“amontoados humanos, instáveis, inseguros e geralmente imprevisíveis na sua dinâmica de exclusão”. O acesso dos habitantes das favelas ao território acontece de forma precária. Geralmente assentadas em locais acidentados, tais espaços foram as possibilidades de refúgio que muitos tiveram no passado e, ao longo do tempo, passaram por um processo de ressignificação – uma estratégia que promoveu uma relação identitária do lugar com aqueles que o habitam. No poema Favelário Nacional, Andrade (2015) representa a relação do favelado com o chão no qual fincou raízes e vivenciou um processo de territorialização que o fez gerar processos de identificação com a vida comunitária e o espaço da favela:

Me tiraram do meu morro
me tiraram do meu cômodo
me tiraram do meu ar
me botaram neste quarto
multiplicado por mil
quartos de casas iguais.
Me fizeram tudo isso
para meu bem. E meu bem
ficou lá no chão queimado
onde eu tinha o sentimento
de viver como queria
no lugar onde queria
não onde querem que eu viva
aporrinhado devendo
prestação mais prestação
da casa que não comprei
mas compraram para mim.
Me firmo, triste e chateado,
Desfavelado. (ANDRADE, 2015, p.)

As intervenções no espaço da favela, como aponta Jacques (2001), devem respeitar as idiosincrasias de um povo que guarda memórias de dor e cujas identidades foram engendradas naqueles espaços. Nesse contexto, os movimentos sociais, dentro de suas possibilidades, acabam assumindo o papel de implementação de medidas que visam a melhoria da vida nesses espaços, tendo como princípio o respeito que essa parcela da população merece.

Diante da falta de atenção do Estado a problemas de ordem tão imediata e do descompromisso com a população mais carente, a alternativa das comunidades das favelas é unir-se em prol da própria auto-organização. Criam-se, nessa conjuntura, redes de solidariedade como modo alternativo de suprir necessidades básicas, cuja resolução seria de competência do poder governamental.

Nesse momento, complicado por fatores diversos que se acumularam ao longo do processo histórico de constituição do povo brasileiro, os habitantes da favela, mais uma vez ignorados, especialmente pelo governo federal – fato atestado em muitos dos discursos proferidos pelo Presidente da República –, necessitam reinventar-se e fortalecer o sentimento de resiliência comunitária, explicada por Oliveira e Morais (2018) como a capacidade de enfrentar coletivamente as adversidades, o que acontece por meio de uma auto-organização orientada para a mudança de hábitos para o enfrentamento da pandemia ou pela captação de recursos materiais e profissionais provindos de agentes externos.

As redes de solidariedade surgidas nas comunidades tornam-se uma estratégia paliativa de sobrevivência que ameniza, mas que, no entanto, não resolve a situação de precariedade em que vivem as pessoas. Neste momento, essas redes se concretizam por meio de mutirões para a arrecadação de alimentos e produtos de higiene, circulação de informação por meio de rádios comunitárias ou de carros de som. Além disso, é feita uma mediação, por meio de alguns desses representantes, para que alguns direitos mínimos sejam garantidos, a exemplo do fornecimento de água.

A ausência de rede hidráulica em algumas das residências das favelas vai de encontro à determinação da Organização das Nações Unidas que estabeleceu o acesso à água e ao saneamento básico como direitos básicos a partir do ano de 2010. Diante dos inúmeros problemas enfrentados no espaço da favela, questionamos de que forma o governo, especialmente o federal, tem atuado ou prejudicado as ações de enfrentamento à pandemia a fim de que as vidas nessas comunidades sejam preservadas.

A necropolítica x solidariedade em tempos de pandemia

No contexto atual, em que o ponto de concordância entre a maior parte das pessoas de todo o mundo é que se deve praticar a solidariedade e que o Estado deve atuar de forma mais enfática no enfrentamento à pandemia, o presidente do Brasil contraria tais expectativas. Seu governo, orientado para fortalecimento do livre mercado, teve como proposta, desde os discursos precedentes às eleições e também naqueles proferidos após a posse, a implementação de um estado mínimo, no qual, supostamente, as pessoas seriam capazes de se autogerirem sem a interferência do Estado, como se todos estivessem partindo de histórias de vidas semelhantes e, portanto, capazes de melhorar a própria condição econômica a partir da atitude empreendedora, sem incentivos do governo:

Esse futuro de que falo e acredito passa por um governo que cria condições para que todos cresçam. Isso significa que o governo federal dará um passo atrás, reduzindo a sua estrutura e a burocracia, cortando desperdícios e privilégios para que as pessoas possam dar muitos passos à frente. Nosso governo vai quebrar paradigmas. Vamos confiar nas pessoas. Vamos desburocratizar, simplificar e permitir que o cidadão, o empreendedor tenha mais liberdade para criar e construir o seu futuro. Vamos desamarrar o Brasil. Esse não será um governo de resposta apenas às necessidades imediatas. As reformas a que nós propomos serão para criar um novo futuro para os brasileiros. E quando digo isso falo com uma mão voltada para o seringueiro no coração da selva amazônica e a outra, para o empreendedor suando para criar e desenvolver sua empresa. Porque não existem brasileiros do Sul ou do Norte. Somos todos um só país. Somos todos uma só nação. Uma nação democrática (BOLSONARO, 2018, online).

A ideia do estado mínimo vem sendo reafirmada em um governo eleito com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, no qual há o estímulo à posse de armas de fogo sob o pretexto da autoproteção. Juntamente a isso, em novembro de 2019, o presidente enviou à Câmara dos Deputados um projeto com a proposta de alteração do artigo 292 do Decreto de lei 3.689 de 3 de outubro de 1941 do Código de Processo Penal Militar para que se institua a excludente de ilicitude, com o propósito de isentar militares de punições em operações policiais, proposta rejeitada pela Câmara dos Deputados.

Há uma relação estrita entre posse de armas e violência. Nos últimos anos a violência nas favelas tem sido bastante retratada em canções, na literatura e em produções audiovisuais. No entanto, uma paródia elaborada por estudantes do Rio de Janeiro a partir do poema Canto do Sabiá de Gonçalves Dias expõe, de maneira realista, as incertezas vivenciadas naquele espaço em relação à continuidade da vida.

Minha terra é a Penha
O medo mora aqui
Todo dia chega a notícia
Que morreu mais um ali

Nossas casas perfuradas
Pelas balas que atingiu
Corações cheios de medo
Do polícia que surgiu

Se cismar em sair à noite
Já não posso mais
Pelo risco de morrer
E não voltar para os meus pais

Minha terra tem horrores
Que não encontro em outro lugar

A falta de segurança é tão grande
Que mal posso relaxar

'Não permita Deus que eu morra'
Antes de sair deste lugar
Me leve para um lugar tranquilo
Onde canta o sabiá (MINHA TERRA É A PENHA, 2017, online).

O povo da favela, marcado por uma dupla violência, a do narcotráfico e a policial, hoje tem que conviver com iniciativas presidenciais que acirram, ainda mais, a intransigência policial nesses espaços. Embora a excludente de ilicitude não tenha sido instituída, o discurso presidencial é forte o suficiente e alinhado com o que Wacquant (1999) denomina de penalidade neoliberal, a qual se apresenta de forma paradoxal: "pretende remediar com um 'mais Estado' policial e penitenciário o 'menos Estado' econômico e social que é a própria causa da escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva".

A atual política do descaso em relação à pobreza tem a repressão policial como suposta solução para o exercício do controle da segurança social, que tem como pano de fundo a ideologia do mercado total, uma cópia do modelo norte-americano (WACQUANT, 1999). No entanto, a penalidade neoliberal torna-se:

[...] mais sedutora e mais funesta quando aplicada em países ao mesmo tempo atingidos por fortes desigualdades de condições e de oportunidades de vida e desprovidos de tradição democrática e de instituições capazes de amortecer os choques causados pela mutação do trabalho e do indivíduo no limiar do novo século (WACQUANT, 1999).

Tal política, com traços altamente neoliberais em relação ao mercado, com a manutenção da ordem de classe fundamentada por um discurso pautado na meritocracia, encontra na repressão policial o mecanismo de manutenção do status quo. O uso da violência, da tortura e da execução, com o subsequente desaparecimento dos corpos, é uma prática em bairros periféricos do Brasil, o que coloca o país entre os mais violentos do mundo (GOUSSINSKY, 2018).

Tais dados são ainda mais agravados em época de isolamento social, em que se continua realizando operações policiais, a exemplo daquela que vitimou um adolescente de 14 anos em maio de 2020 no Rio de Janeiro. As atitudes por parte deste governo devem, então, ser combatidas, pois trata-se de uma proposta de dizimar as populações mais carentes do Brasil, o que pode se configurar como um genocídio étnico e racial.

Além disso, o descaso em relação à pandemia, atestado em vários dos discursos e posturas do presidente, reitera a dimensão letal de suas atitudes governamentais, o que Mbembe (2016) denomina de necropolítica. O conceito, criado a partir da perspectiva foucaultiana de biopoder, aplica-se, também, nas palavras do autor, às “várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de ‘mundos de morte’” (MBEMBE, 2016, p. 146).

A pandemia, nas mãos do governo federal, tem sido usada como mais uma arma com o intuito da manutenção do “mundo de morte”, um exercício de um poder soberano que determina quais corpos podem ser descartados (MEMBE, 2016). Em 27 de março de 2020, Bolsonaro manifesta em entrevista o seu descaso em relação aos resultados da pandemia: “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida” (BOLSONARO, 2020, online).

Embora vivenciando um momento caótico, motivo pelo qual foi decretado estado de emergência mundial desde 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde e, no âmbito nacional, a partir de 03 de fevereiro de 2020 com a portaria 188, a proposta da consolidação de um estado mínimo continua presente nos discursos do presidente. Em seu pronunciamento de 23 de março de 2020, afirmou:

A preocupação tem que existir? Tem. E a primeira pessoa a se preocupar é você, que tem o pai, o avô, o bisavô em casa. Não é esperar que o governo faça alguma coisa. O governo tá fazendo alguma coisa, mas não pode fazer tudo que alguns acham que o Estado deve fazer. Governo que o Estado faz tudo só as ditaduras. Venezuela, Cuba, Coreia do Norte (BOLSONARO, 2020, online).

Diante de tal postura do Presidente da República, que aparece publicamente sem máscara, contrariando o que recomenda a Organização Mundial da Saúde e indo de encontro às orientações de seu ex-ministro da justiça, exonerado em meio à pandemia por não manter alinhamento com suas estratégias de indiferença à vida humana, o que se tem presenciado é o exercício de uma necropolítica direcionada aos atores sociais que reúnem as maiores fragilidades: os vulneráveis sociais, além daqueles que pertencem aos grupos de risco.

Sua insistência em incentivar o retorno de atividades não essenciais e sua preocupação excessiva com a economia no momento atípico enfrentado atualmente coloca esse presidente no rol dos piores gestores do Brasil, como retratou a pesquisa da Datafolha (2019) ainda no início do seu mandato.

Em matéria publicada em 13 de abril de 2020 no Correio Brasiliense, com a chamada “Coronavírus é mais letal para pacientes pretos e pardos”, Maíra Nunes e Maria Eduarda Cradim (2020) apresentam informação do Ministério da Saúde a respeito da COVID-19 como mais letal entre negros e pardos, já que a favela torna-se “o ambiente propício para a proliferação rápida do vírus, agravado em áreas com maior circulação de pessoas em espaços reduzidos”.

É necessário, pois, um chamado ao reconhecimento da dívida que o país tem com a população da favela, a qual tem sido abandonada por um sistema econômico e político cruel, voltado para a manutenção de uma estrutura social de classes. Pesa sobre os ombros do Estado, pois, a responsabilidade da manutenção da vida. E pesa sobre os ombros do cidadão comum o posicionamento político no sentido de se exigir que as necessidades dos economicamente mais vulneráveis sejam amparadas a partir de políticas públicas voltadas para a geração de empregos, a melhoria da renda e o acesso à educação e à cultura com qualidade.

Carlos Drummond de Andrade (2015), em poema, menciona o medo que se tem da favela. No entanto, ao contrário do que muitos poderiam pensar, esse temor não tem a ver com a violência, mas com a culpa que pesa nos ombros das pessoas pela “pouca ou nenhuma irmandade”:

[...] Tenho medo. Medo de ti, sem te conhecer,
medo só de te sentir, encravada
favela, erisipela, mal-do-monte
na coxa flava do Rio de Janeiro.
Medo: não de tua lâmina nem de teu revólver
nem de tua manha nem de teu olhar.
Medo de que sintas como sou culpado
e culpados somos de pouca ou nenhuma irmandade (ANDRADE, 2015,
p.).

À guisa de conclusão: A superação da invisibilidade e da espetacularização da favela e um possível caminho para solidariedade

Além da falta de irmandade daqueles que podem usar suas vozes para assegurar uma maior visibilidade da favela e de seus problemas e exigir que sejam promovidas mudanças por parte dos poderes públicos, os habitantes das favelas passam por um processo de invisibilização. A invisibilidade da pobreza pressupõe um não olhar para o outro em situação de vulnerabilidade social ou para seu espaço, o que foi registrado mais recentemente na letra da música Invisível, de Russo Passapusso (2018):

Você já passou por mim
E nem olhou pra mim
Acha que eu não chamo atenção (acha)
Engana o seu coração
Acha que eu não chamo atenção
Não tem cor não tem cara, começou não vai parar
[...]
Invisível, invisível
Ninguém acha você (PASSAPUSSO, 2018, p.).

No contexto contemporâneo, a visibilidade se relaciona com o poder de consumo. Nesse aspecto, a condição de invisibilidade da favela é análoga à condição de seu habitante que, geralmente, com baixo poder aquisitivo, é submetido a diversos processos de exclusão. A favela, em sua condição de aglomerado de exclusão, torna-se invisível e, portanto, passa a não encontrar representação no do mapa mental das pessoas que não habitam esse espaço (BAUMAN, 2001).

Pelo fato de a pobreza passar por um constante processo de invisibilização, não há, em contrapartida, um debate sério no âmbito social, especialmente por parte daqueles atores responsáveis pela criação de políticas públicas, que não mobilizam esforços no sentido de resolver os muitos problemas enfrentados nos espaços degradados da cidade. Na década de 1980, Andrade (2015) poetizou a favela a partir do olhar de um eu lírico posicionado fora do espaço que pretendeu representar e que, portanto, desconhece aquele território considerado como pertencente a um Outro: “[...] Não sei subir teus caminhos de rato, de cobra e baseado, / tuas perambeiras, templos de Mamallapuram / em suspensão carioca [...]” (ANDRADE, 2015, p. 67).

O desconhecimento desses territórios é fruto dos mecanismos histórico, econômico e social, mas, sobretudo, político, capaz de gerar, na contemporaneidade, mundos desconhecidos coexistindo dentro dos limites de uma mesma cidade.

Mais de três décadas se passaram desde a publicação do poema de Carlos Drummond de Andrade (2015) e a falta de sensibilidade e irmandade em relação àqueles que se encontram em situação de fragilidade econômica continua semelhante. Tal invisibilidade acaba repercutindo, de alguma forma, no descaso com que os poderes públicos lidam com tais fragilidades.

O apagamento desses aglomerados de excluídos da representação mental de muitas pessoas (inclusive dos próprios pobres que se tornam incapazes de enxergar o outro pobre pelo processo de violência e alienação que vivenciam) se dá quando a maior parte da população acaba sendo devorada pela sociedade do espetáculo e do consumo, incentivado pelo sistema capitalista.

Se, por um lado, existe uma invisibilização da pobreza, por outro, a mídia, muitas vezes, faz sua espetacularização sem preocupação ética com relação às vidas transformadas em bem de consumo. É o que acontece com a exploração da miséria por programas televisivos, por exemplo, nos quais a intimidade de algumas famílias são é exposta, dando-lhes visibilidade momentânea (ou transformando-lhes em objetos para o entretenimento). Tal prática, por vezes, resulta em auxílios vindos de empresas, que aproveitam a oportunidade para se promoverem com propaganda a baixo custo, o que, no final das contas, não resolve o problema e, muito menos, oportuniza um debate sério que repercuta nas reflexões e, conseqüentemente, na postura política dos telespectadores.

Ao explorarem apenas as primeiras camadas da pobreza a partir de sua espetacularização, acabam despertando, no telespectador, a princípio, um sentimento de piedade de tal situação e, posteriormente, de alívio, por ter aquele problema individual momentaneamente resolvido. Tal prática, não somente característica de programas televisivos, mas também dos poderes públicos, acaba por deslocar o olhar da população para o espetáculo da miséria e o entretenimento que ela pode propiciar.

Outras representações da pobreza são efetivadas a partir da reprodução da imagem favela. O imaginário construído em torno de tal espaço fixou-o como “o lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade” (ZALUAR, ALVITO, 2003, p. 17). Nesse contexto, a favela torna-se um lugar marginalizado, ameaçador, mas é também onde se vai para o exercício dos sentimentos humanitários, especialmente porque nesses espaços as políticas públicas estão praticamente ausentes.

Com a pandemia, a necessidade de tornar-se solidário é apresentada de forma mais premente. A sociedade, então, passa a ser percebida como um sistema orgânico, em que o corpo individual, como bem alertou Mbembe (2016), ganha, também, a prerrogativa de deixar viver ou fazer morrer.

Mais do que nunca, é preciso ser solidário. Eis a reflexão que este texto pretendeu construir, a partir de um diálogo com a literatura. A irmandade e solidariedade pressupõem pensar e representar o espaço da favela de forma séria. As expressões artísticas, especialmente as literárias, nesse sentido, podem trazer mais sensibilidade para as discussões e propiciar uma maior proximidade – com o acionamento da empatia – das angústias vivenciadas pelos mais vulneráveis a partir de uma experimentação estética.

Como fechamento, outro trecho do poema de Andrade (2015) convida à reflexão a respeito da posição de comodidade na qual muitos se colocam. O eu lírico, de forma franca e aberta, reconhece a dificuldade de praticar o exercício da irmandade.

Custa ser irmão,
custa abandonar nossos privilégios
e traçar a planta
da justa igualdade.
Somos desiguais
e queremos ser
sempre desiguais.
E queremos ser
bonzinhos benévolos
comedidamente
sociologicamente
mui bem comportados.
Mas, favela, ciao,
que este nosso papo
está ficando tão desagradável.
Vês que perdi o tom e a empáfia do começo? (ANDRADE, 2015, p. 68).

O poema revela, pois, o ethos de uma parcela importante da população brasileira que, também, se manifesta nos valores do líder máximo do país, o Presidente da República. A consciência de uma possível irmandade não pode ser suplantada, como afirmado no poema, pela necessidade de ser desigual a fim de se assegurar a manutenção da estratificação altamente injusta e assimétrica das classes. A irmandade pressupõe a inclusão e a diminuição dessas desigualdades. Embora custoso, como reconhece a persona poética do Favelário Nacional, é necessário, “abandonar nossos privilégios e traçar a planta da justa igualdade”.

Referências

- ALVITO, M.; ZALUAR, A. (orgs). Um Século de Favela. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ANDRADE, C. D. de. Corpo. São Paulo: Cia das Letras, 2015.
- BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- BOLSONARO, J. M. Jair Messias Bolsonaro: depoimento [26 mar. 2020]. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/26/interna_politica,840538/governo-que-faz-tudo-e-ditadura-diz-bolsonaro-sobre-acao-contra-a-c.shtml>. Acessado em: 06 mai. 2020.
- BOLSONARO, J. M. Jair Messias Bolsonaro: depoimento [29 out. 2018]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/28/veja-a->

- integra-das-primeiras-falas-de-bolsonaro-apos-ser-eleito-presidente.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 06 mai. 2020.
- BOLSONARO, J. M. Jair Messias Bolsonaro: entrevista [27 mar. 2020]. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-vaio-morrer-lamento-essa-e-a-vida/>>. Acessado em: 07 mai. 2020.
- CARVALHO, Á. M. Favela-Discurso: das definições operacionais institucionais à instauração da favela-problema. *Anais Enanpur*, v. 17, n. 1, 2017.
- DATAFOLHA. 40% não veem nada de positivo em governo de Jair Bolsonaro. Instituto de Pesquisas Datafolha. São Paulo, 22 jul 2019. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988268-40-nao-veem-nada-de-positivo-em-governo-de-jair-bolsonaro.shtml>>. Acessado em: 10 mai. 2020.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GONDIM, L. Favela, aglomerado subnormal, comunidade, ocupação, assentamento precário – “diga lá, o que é, o que é?”. In: SILVA, Jailson de Souza e et al. *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório das favelas, 2009, p. 54-58.
- GOUSSINSKY, E. Em ranking mundial de homicídios, Brasil ocupa 13º. Lugar. Instituto Igarapé. São Paulo, 16 de julho de 2018. Disponível em: <<https://igarape.org.br/em-ranking-mundial-de-homicidios-brasil-ocupa-13o-lugar/>>. Acessado em: 15 mai. 2020.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- JACQUES, P. B. *Estética das favelas*. *Arquitextos*. Ano 02, jun. 2001. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.013/883>>. Acessado em: 06 mar. 2020.
- JESUS, C. M. de. *Quarto de despejo - diário de uma favelada*. São Paulo: Francisco Alves, 1960.
- MARQUES, E. et al. *Assentamentos precários no Brasil Urbano*. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/relatorio-assentamentos-precatorios-no-brasil-urbano.pdf>>. Acessado em: 4 mai. 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica*. *Arte e ensaios*, n. 32, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>.
- MINHA TERRA É A PENHA. *Gazeta online*. 2017. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/brasil/2017/04/-minha-terra-tem->

horrores--versao-feita-por-alunos-causa-comocao-1014042320.html>. Acessado em: 22 mai. 2020.

- NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de Rua no Brasil. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28819>. Acessado em 20 mar. 2020.
- NERY, C. Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. Agência IBGE Notícias. 06 nov. 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-7-anos>>. Acessado em: 20 mar. 2020.
- NUNES, M.; CRADIM, M. E. Coronavírus é mais letal para pacientes pretos e pardos. Correio Brasiliense. 30 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/13/interna-brasil,844115/coronavirus-e-mais-letal-para-pacientes-pretos-e-pardos.shtml>>.
- OLIVEIRA, A.; MORAIS, N. Resiliência comunitária: um estudo de revisão integrativa da literatura. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 1731-1745, dezembro de 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000400002&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 30 mai. 2020.
- PASSAPUSSO, R.; BARRETO, R.; CARTAXO, F. Invisível. In: Batukebox. 2018. Disponível em: <<http://baianasystem.com.br/batukebox-letras/#b3>>. Acessado em: 15 abr. 2020.
- SILVA, J. et al (orgs.). O que é a favela, afinal? Rio de Janeiro: Observatório de favelas, 2009.
- SILVA, R. A. Aglomerados subnormais: definição, limitações e críticas. Revista GeoUECE, Fortaleza, Número Especial, p. 26-40, dezembro de 2014. Disponível em: <<http://seer.uece.br/geouece>, p. 26-40>.
- WACQUANT, L. As prisões da miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ABSTRACT:

The objective of this work is to take literary representations of the shanty towns to discuss the way the unequal occupation of spaces impacts the contagion index of COVID-19, which in Brazil represents a higher mortality probability among the Afro-descendant population, which is mostly resident of degraded spaces in the city. To this end, spatial representations developed in the literary field work as a starting point for reflections on the center and periphery relationship and, consequently, for analyzing how the many discourses generated can make some places and, thus, their residents invisible.

KEYWORDS: Shanty town; Literature; COVID-19.

RESUMEN:

El objetivo es discutir, en base a representaciones literarias de la favela, la forma en que la ocupación desigual de espacios impacta el índice de contagio de COVID-19, que en Brasil se traduce en una mayor probabilidad de mortalidad entre la población afrodescendiente, en la mayoría, residente de espacios degradados en la ciudad. Con este fin, las representaciones espaciales, desarrolladas en el campo literario, sirven como punto de partida para pensar sobre la relación entre el centro y la periferia y, en consecuencia, para analizar cómo los discursos generados pueden hacer que algunos lugares y sus residentes sean invisibles.

PALABRAS-CLAVES: Chabolas; Literatura; COVID-19.